

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.755.597 - PR (2020/0230822-9)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : ET DO BRASIL LTDA
ADVOGADOS : RENATA SARAIVA FILIPPOS - SP236625
RAFAEL PADULA MARADEI - SP336003
AGRAVADO : RODOMIGLIO TRANSPORTES RODOVIÁRIOS
MIGLIORINI LTDA
AGRAVADO : RTL RODOMIGLIO TRANSPORTE E LOGISTICA EIRELI
ADVOGADO : JOÃO MARCELO TOMAZ DE AQUINO - PR060936
INTERES. : RASTRESUL COMERCIO DE ALARMES E
RASTREAMENTO EIRELI
INTERES. : AUTO POSITION - COMERCIO DE ALARMES,
RASTREAMENTO E LOGISTICA LTDA
ADVOGADO : JOSÉ ROBERTO BALAN NASSIF - PR021364

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado por ET DO BRASIL LTDA contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a" e alínea "c" da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, assim resumido:

APELAÇÃO CIVEL AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS INICIAIS DECLARADA ILEGITIMIDADE ATIVA DA SEGUNDA AUTORA (RTL) PERANTE OS RÉUS AUTO POSITION E RASTRESUL INSURGÊNCIA DA PARTE AUTORA PRELIMINAR DE LEGITIMIDADE ATIVA ACOLHIMENTO PARTE QUE FIGURA COMO PROPRIETÁRIA DO VEÍCULO MÉRITO APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR POSSIBILIDADE HIPOSSUFICIÊNCIA TÉCNICA DAS CONTRATANTES PERANTE AS CONTRATADAS AUTORAS QUE SÃO O CONSUMIDORAS POR EQUIPARAÇÃO À NECESSIDADE DE INVERSÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO RECONHECIDA CASSAÇÃO DA SENTENÇA VERGASTADA PARA FINS DE REABERTURA DA FASE DE INSTRUÇÃO PROBATÓRIA DIANTE DO JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE SENTENÇA CASSADA RECURSO PROVIDO

Quanto à primeira controvérsia, pela alínea "c" do permissivo constitucional, alega dissídio jurisprudencial quanto à inexistência de relação

de consumo entra a transportadora recorrida e a empresa de rastreamento, trazendo os seguintes argumentos:

O v. acórdão em comento é explícito quando à inexistência de relação de consumo entre a transportadora Recorrida e a empresa de rastreamento, tal como segue: (...) (fls. 554).

Em relação à segunda controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, sustenta afronta do art. 489, § 1º, I e II, do CPC, porque foi desconsiderado todo o conjunto probatório dos autos, aduzindo:

Os doutos desembargadores entederam haver hipossuficiência técnica por parte das Recorridas decidindo pela aplicabilidade, por analogia, do Código de Defesa do Consumidor, conforme já mencionado e demonstrado anteriormente, juntamente com a inversão do ônus da prova. Ocorre que acabaram por desconsiderar por completo todo o robusto conjunto probatório acostado aos autos pela Recorrente quando do protocolo da Contestação, valendo reiterar que nenhuma das partes se manifestou contrária ao julgamento do processo no estado em que se encontrava. Entretanto, em momento algum justificaram tal decisão, tendo colacionado aos autos jurisprudências de casos que não possuem relação com o tipo de serviço prestado pela Recorrente (rastreamento por meio da tecnologia de radiofrequência), o que constitui clara violação aos incisos I e II do § 1º, do art. 489 do CPC. (fls. 555).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Quanto à primeira controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente deixou de indicar com precisão quais dispositivos legais seriam objeto de dissídio interpretativo, o que atrai, por conseguinte, o enunciado da citada súmula: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nessa linha, o Superior Tribunal de Justiça já se manifestou no sentido de que, “uma vez observado, no caso concreto, que nas razões do recurso especial não foram indicados os dispositivos de lei federal acerca dos quais supostamente há dissídio jurisprudencial, a única solução possível será o não conhecimento do recurso por deficiência de fundamentação, nos termos da Súmula 284/STF”. (AgRg no REsp 1.346.588/DF, relator Ministro Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, DJe de 17/3/2014.)

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgInt no AREsp 1.616.851/SP, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 21/8/2020; AgInt no AREsp 1.518.371/RJ, relator Ministro Ricardo Villas

Superior Tribunal de Justiça

Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 15/5/2020; AgInt no AREsp 1.552.950/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 8/5/2020; AgInt no AREsp 1.023.256/SP, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 24/4/2020; e AgInt nos EDcl no AREsp 1.510.607/SP, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 1º/4/2020.

Sobre a segunda controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF (“É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”), uma vez que a parte recorrente alega, genericamente, a existência de violação do art. 489 do CPC de 2015, sem, contudo, demonstrar especificamente quais os vícios do aresto vergastado e/ou a sua relevância para a solução da controvérsia.

Nesse sentido, este Superior Tribunal de Justiça já decidiu que “é deficiente a fundamentação do recurso especial em que a alegada ofensa aos arts. 489, § 1º, e 1.022 do CPC/2015 se faz sem a demonstração objetiva dos pontos omitidos pelo acórdão recorrido, individualizando o erro, a obscuridade, a contradição ou a omissão supostamente ocorridos, bem como sua relevância para a solução da controvérsia apresentada nos autos. Incidência da Súmula 284/STF” (REsp n. 1.653.926/PR, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe de 26/9/2018).

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgInt no AREsp n. 1.466.877/SP, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe de 12/5/2020; AgInt no REsp n. 1.829.871/MG, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 20/2/2020; REsp n. 1.838.279/SP, relator Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, DJe de 28/10/2019; e REsp n. 1.653.926/PR, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe de 26/9/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente